



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

**ORDEM DO DIA  
PARA A 33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
EM 25 DE JUNHO DE 2024**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Votação adiada - Projeto de lei Complementar nº 32, de 2024, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 939, de 3 de abril de 2003, que institui o código de direitos, garantias e obrigações do contribuinte no Estado de São Paulo. Parecer nº 1298, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

2 - Votação adiada - Projeto de lei nº 1510, de 2023, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. Com 19 emendas. Retirada a emenda nº 3. Emenda Aglutinativa Substitutiva apresentada nos termos do § 1º do artigo 175 do Regimento Interno. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

3 - Votação adiada - Projeto de lei nº 389, de 2024, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de órgãos e entidades estaduais - CADIN ESTADUAL, e dá outras providências. Com 5 emendas. Parecer nº 1321, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao projeto e contrário às emendas.

4 - Votação - Projeto de lei nº 390, de 2024, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito e a prestar contragarantias relativas aos projetos que especifica, altera a Lei nº 17.386, de 14 de julho de 2021, e dá providências correlatas. Com 7 emendas. Retirada a emenda nº 1. Parecer nº 1297, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao projeto e contrário às emendas.

## PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 41, de 2022, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a criação e extinção de cargos no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo. Pareceres nºs 172 e 952, de 2024, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.